

52548435000179



JUCESP PROTOCOLO
0.960.963/09-1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.

ENTRE

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.

E

PENTÁGONO S.A. DTVM

6 DE OUTUBRO DE 2009

52548435000179

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Angélica, nº 2.346, parte B do escritório nº 161, 16º andar, Edifício New England, Consolação, CEP 01228-200, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ/MF") sob nº 52.548.435/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou a "Companhia");

e, de outro lado

PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Edifício Buenos Aires, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário");

sendo o Agente Fiduciário e a Emissora doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Júlio Simões Logística S.A., (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 5 de outubro de 2009, que também aprovou a concessão da Garantia Adicional Real (conforme definido na Cláusula V abaixo).



2

Assinatura do
Assinatura do
Assinatura do
Assinatura do

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação pela Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Instrução CVM 476"), (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa automática de Registro na CVM

A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a Emissão será protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a "JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (o "DOESP") e (ii) no jornal O DIA – Edição São Paulo (o "O DIA"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das Sociedades por Ações") tão logo seja arquivada.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto em 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90

(noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.4.3 As Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por Investidores Qualificados, conforme definido abaixo.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende (i) a exploração dos seguintes serviços: transporte rodoviário de cargas e coletivo de passageiros, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional; armazenagem de cargas; exploração de despachos aduaneiros e de depósito alfandegado público; prestação de serviços especializados de escolta aos veículos próprios e de terceiros utilizados nos transportes de cargas indivisíveis e excedentes em pesos ou dimensões e de outras que por sua periculosidade dependam de autorização e escolta em transporte; operações portuárias em conformidade com a Lei nº 8.630/93; armazenamento de cargas destinadas à exportação; fretamento e transporte turístico de superfície; logística; operação de terminais rodoviários; operação e manutenção de estacionamento de veículos; operação e manutenção de aterros sanitários e incineração de lixo e resíduos em geral; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados (terrenos, edifícios, etc., incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores, execução e conservação de áreas verdes, limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais); prestação de serviços mecanizados e/ou manuais, de natureza agropecuária e florestal em imóveis rurais; operação e exploração de pedágios em estradas rodoviárias; conservação, manutenção e implantação de estradas rodoviárias; construção civil em geral; abastecimento de água e saneamento básico (coleta e tratamento de esgotos e efluentes industriais); medição e cobrança de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto executados por terceiros; bem como (ii) a locação de veículos, máquinas e equipamentos de qualquer natureza; (iii) o comércio de contêineres plásticos, papelarias plásticas; comercialização (compra e venda) de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos novos e usados em geral; prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); intermediação de negócios, contratos e bens móveis, podendo, ainda; (iv) participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.



4
conservado
em
p
efluente

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$76.500.000,00 (setenta e seis milhões e quinhentos mil reais).

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (o "Santander" ou o "Coordenador").

3.5.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento e os limites estabelecidos pela Instrução CVM 476 (o "Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

3.5.2.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da oferta descrita na presente Escritura (a "Oferta") (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas do item 3.5.2.4 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador; e (ii) informar ao Coordenador até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.2.4 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora,

organizará o Plano de Distribuição, tendo como público alvo investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (a "Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM 409, deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da oferta, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). (os "Investidores Qualificados").

3.5.2.4.1 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) analisou previamente o Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e esclareceu de forma satisfatória junto à Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, todas as dúvidas relativas a tal instrumento.

3.5.2.5 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes instituições financeiras do Coordenador que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador, desde que tais investidores sejam considerados qualificados e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende ao limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definida abaixo) era de R\$ 196.133.679,00 (cento e noventa e seis milhões, cento e trinta e três mil, seiscentos e setenta e nove reais), totalmente subscrito e integralizado.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (o "Banco Mandatário") e/ou "Banco Escriturador", conforme o caso).

3.8. Destinação dos Recursos

A Oferta destina-se ao alongamento do passivo da Emissora, o qual está parcialmente representado por Cédulas de Crédito Bancário.

3.9. Registro do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios

O Contrato de Penhor de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) deverá ser registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das sedes das Partes.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** A data de emissão das Debêntures será 6 de outubro de 2009 (a "Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com a garantia referida no item 5.1 abaixo.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos, a contar da Data da Emissão, vencendo, portanto, em 6 de outubro de 2011 (a "Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.1.5 desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração devida em razão das Debêntures.

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 765 (setecentas e sessenta e cinco) debêntures totalizando R\$76.500.000,00 (setenta e seis milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

4.2. Remuneração

4.2.1 As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* de 2,00% (dois por cento) ao ano (a "Taxa DI" e os "Juros").

52548435000179

Remuneratórios" ou a "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou data do último evento, conforme aplicável, até a Data de Vencimento ou data da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo). A remuneração será devida ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), respeitando o Prazo de Carência (conforme definido abaixo), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros compostos pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de Taxas DI , variando de 1 até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI , consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde,

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde,

spread = *spread* ou sobretaxa, na forma de percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.1.1 Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.1.2 Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 4.2.1.5 abaixo.

4.2.1.3 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula XI desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.1.4 abaixo.

4.2.1.4 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), para posterior cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.1.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2 Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão.

4.2.3 Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos mensalmente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido 92 (noventa e dois) dias a contar da Data de Emissão e assim sucessivamente até o último pagamento dos Juros Remuneratórios que ocorrerá na Data de Vencimento (as "Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.2.4 Para fins do presente Contrato, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2.5 O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito mensalmente, após 92 (noventa e dois) dias de carência (o "Período de Carência"), nos termos do item 4.2.3 acima e nas Datas de Amortização.

4.3. Amortização

4.3.1 A amortização do principal será realizada em 21 (vinte e uma) parcelas mensais e consecutivas, com carência nos primeiros 92 (noventa e dois) dias a contar da Data de Emissão, conforme as datas e percentuais indicados a seguir (as "Datas de Amortização"):

Parcela	Data da Amortização	Parcela em Dp. Amortização
1ª	6 de janeiro de 2010	4,7619%
2ª	6 de fevereiro de 2010	4,7619%
3ª	6 de março de 2010	4,7619%
4ª	6 de abril de 2010	4,7619%
5ª	6 de maio de 2010	4,7619%
6ª	6 de junho de 2010	4,7619%
7ª	6 de julho de 2010	4,7619%
8ª	6 de agosto de 2010	4,7619%
9ª	6 de setembro de 2010	4,7619%
10ª	6 de outubro de 2010	4,7619%
11ª	6 de novembro de 2010	4,7619%
12ª	6 de dezembro de 2010	4,7619%
13ª	6 de janeiro de 2011	4,7619%
14ª	6 de fevereiro de 2011	4,7619%
15ª	6 de março de 2011	4,7619%
16ª	6 de abril de 2011	4,7619%
17ª	6 de maio de 2011	4,7619%
18ª	6 de junho de 2011	4,7619%
19ª	6 de julho de 2011	4,7619%
20ª	6 de agosto de 2011	4,7619%
21ª	6 de setembro de 2011	4,7620%

4.4. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; e/ou (ii) para os titulares das Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.5. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação cujo vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.6. Encargos Moratórios

Sem prejuízo do pagamento da Remuneração das Debêntures e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pelos Juros Remuneratórios, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (o "Preço de Subscrição").

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição: (i) em moeda corrente nacional por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED que deverá ser realizada para conta corrente no Banco Santander, agência nº 2271, conta-corrente nº 13.000283-3 e/ou (ii) por meio de créditos detidos contra a Emissora representados pelos seguintes instrumentos, todos de emissão da Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A.: (a) Cédula de Crédito Bancário nº 281006929; (b) Cédula de Crédito Bancário nº 281006899; (c) Cédula de Crédito Bancário nº 281006959; (d) Cédula de Crédito Bancário nº 281006919; (e) Cédula de Crédito Bancário nº 281006909; (f) Cédula de Crédito Bancário nº 281006949; e (g) Cédula de Crédito Bancário nº 281006939.

*Ver declaração
do Banco
Santander
(Brasil) S.A.*

4.10. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no DOESP e no jornal O DIA, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - internet (www.juliosimoeslogistica.com.br) devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem depositados no SND.

4.13. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.14. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação às datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista

não envie a referida documentação a Emissora, fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.15. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V GARANTIA DAS DEBÊNTURES

5.1. **Garantia Adicional Real.** O pagamento das Debêntures será garantido por meio do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Santander (Brasil) S.A., em 6 de outubro de 2009 (o "Contrato de Penhor de Direitos Creditórios" ou a "Garantia"), cujo instrumento consta do Anexo I a presente Escritura.

5.1.1 Os direitos creditórios dados em garantia por meio do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios representam, nesta data, 200% (duzentos por cento) do valor do principal devido em decorrência das Debêntures, correspondendo ao valor mínimo mensal de R\$6.375.000,00 (seis milhões e trezentos e setenta e cinco mil reais) ao longo do prazo total de vigência das Debêntures.

5.1.2 A eventual redução dos direitos creditórios objeto do Penhor de Direitos Creditórios, a qualquer tempo, desde que respeitado o valor mínimo mensal de R\$6.375.000,00 (seis milhões e trezentos e setenta e cinco mil reais) (o "Valor Mínimo Mensal") não dará causa a vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VIII desta Escritura.

5.1.3 O resgate integral das Debêntures pela Emissora implicará na liberação automática dos ônus constituídos sobre a totalidade dos direitos creditórios dados em garantia das obrigações das Debêntures.

CLÁUSULA VI ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

6.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, sendo posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

CLÁUSULA VII RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

7.1. Resgate Antecipado

7.1.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em reunião da Diretoria, resgatar antecipadamente as Debêntures, a qualquer tempo a partir do 90º (nonagésimo) dia a partir da Data de Emissão, sem o pagamento de quaisquer custos ou prêmios adicionais. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado.

7.1.2 Caso deseje efetuar resgate parcial, a Emissora deverá proceder a oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate parcial das Debêntures por eles detidas (a "Oferta de Resgate Antecipado Parcial"). A Oferta de Resgate Antecipado parcial será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Parcial por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações (o "Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado parcial, incluindo: (i) o procedimento para aquisição parcial (se sorteio, atendimento em ordem cronológica ou rateio proporcional, no caso de o número de Debenturistas que optarem por aderir à oferta exceder o número de Debêntures que a Emissora pretende resgatar); (ii) forma de manifestação do Debenturista que deseja aceitar a Oferta de Resgate Antecipado parcial; (iii) a quantidade de Debêntures a ser resgatada e a data efetiva para o resgate das Debêntures e para o pagamento aos Debenturistas; e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- (ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado parcial, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado parcial; e
- (iii) caso a Oferta de Resgate Antecipado parcial não tenha a adesão do número pretendido de Debenturistas, a Emissora adotará o procedimento de sorteio a fim de determinar quais Debenturistas, dentre os que não aderiram à Oferta de Resgate Antecipado Parcial, terão suas Debêntures resgatadas antecipadamente.

7.1.2.1 Fica definido que qualquer que seja o critério acima, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

7.1.3 Caso deseje efetuar Resgate Antecipado total, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário a esse respeito, indicando a data efetiva para o resgate das Debêntures e para o pagamento aos Debenturistas devido nos termos definidos acima.

7.1.4 O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP da realização de Resgate Antecipado total com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência da data estipulada para sua realização.

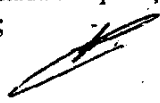
7.1.5 Os procedimentos de Resgate Antecipado, conforme dispostos acima, poderão ser alterados mediante deliberação tomada em assembleia de Debenturistas na qual esteja presente a totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação.

7.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VIII VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 8.2 e 8.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, nas Debêntures ou no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios (os "Documentos da Oferta") não sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (d) a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) se a Emissora tiver título de sua responsabilidade ou co-obrigação protestado ou sofrer execução ou arresto de bens sem que a explicação a esse respeito solicitada pelo Agente Fiduciário tenha sido apresentada pela Emissora no prazo que lhe tiver sido designado ou, sendo ou tendo sido apresentada a explicação, se a mesma não for considerada satisfatória pelo Agente Fiduciário;
- 

- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (g) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura da Emissão ou em qualquer outro documento da Oferta;
- (i) se o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora for alterado de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas altere as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios atualmente explorados pela Emissora;
- (j) se a Emissora não reforçar, em caso de perecimento, perda ou depreciação, sempre que o Agente Fiduciário entender necessário, os Direitos Creditórios quando estiverem abaixo do Valor Mínimo Mensal;
- (k) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nos Documentos da Oferta, incluindo aquelas elencadas na Clausula IX "Obrigações Adicionais da Emissora", não sanada no prazo de 2 (dois) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (l) se a Emissora tiver seu controle acionário direto ou indireto transferido a terceiro sem que os Debenturistas representando maioria simples dos presentes em Assembleia Geral de Debenturistas tenham manifestado, prévia e formalmente, decisão de manter as Debêntures em Circulação, após tal transferência;
- (m) deliberação tomada em assembleia pelos acionistas da Emissora, para redução do capital social da Emissora por seus respectivos acionistas, após o início da distribuição das Debêntures e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, nos termos previstos no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) não pagamento, na data de vencimento original, ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de quaisquer operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, ressalvada a hipótese de a Emissora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento;

- (o) resgate ou amortização de ações, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando está estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus; ou
- (p) se os Debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal.

8.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e) e (n) do item 8.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos titulares das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário a Emissora.

8.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (d), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (o) e (p) do item 8.1. acima, deverá ser convocada, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que os titulares das Debêntures tomarem conhecimento do evento, Assembleia dos titulares das Debêntures (a "Assembléia Geral de Debenturistas") para deliberar sobre a declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI abaixo e o quorum específico estabelecido no item 8.3.1 abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 11.1. abaixo.

8.3.1 A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata esta Cláusula 8.3 poderá optar, mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definidas no item 11.2.2, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

8.3.2 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 8.3 por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 8.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 8.1 acima.

8.3.3 A Assembléia Geral de Debenturistas prevista nesse item não será necessária na hipótese do recebimento pelo, Agente Fiduciário, de notificação solicitando a declaração de vencimento antecipado assinada por Debenturistas representando, pelo menos, 1/3 (um terço) do total de Debêntures. Na ocorrência dessa hipótese, o Agente Fiduciário terá até 2

(dois) Dias Úteis contados dessa notificação para notificar a Emissora do vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) assegurar com que o valor depositado mensalmente na Conta Corrente Vinculada oriundo dos Direitos Creditórios (termos definidos no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios) seja superior ao Valor Mínimo Mensal;
- (b) sempre que houver e enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação prevista nos Documentos da Oferta, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para atender aos requisitos da Emissão, observado o disposto no subitem (f) do item 12.1;
- (d) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (e) manter válidas todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, materiais e necessários a sua operação;
- (f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras do exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas preparadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM, no que for aplicável, a exame por renomada sociedade de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) prestar informações, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, sobre quaisquer atuações pelos órgãos governamentais, inclusive de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) observar os mandamentos contidos nos artigos 333 e 1425, ambos do Código Civil (Lei nº 10.406/02), em se materializando as situações fático/jurídicas previstas nos citados dispositivos legais;

- (i) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (j) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (l) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358, de 2002, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (n) divulgar suas informações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (o) manter os documentos mencionados no subitem (n) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (p) encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 8.1, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- (q) respeitar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção do disposto em seu inciso III;
- (r) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis à Emissão;
- (s) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, Banco Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, se assim possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para o exercício de suas funções, compreendendo, inclusive, mas não se limitando à, proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em

virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;

- (u) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (v) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário; e
- (w) manter cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada.

CLÁUSULA X

AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pentágono S.A. DTVM, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declaração

10.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e o Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura e o Contrato de Penhor de Direitos Creditórios constituem obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

10.3. Substituição

10.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 10.3.6 abaixo.

10.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.

10.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

10.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

10.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (c) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça no prazo de 15 (quinze) Dias a contar da assinatura da presente, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.11, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, sendo dispensada referida publicação quando presentes titulares representando a totalidade das Debêntures;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo relacionadas. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens do item 8.1;
 - 1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - 1.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "I" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na CETIP; e
 - m.5) no endereço da instituição financeira que atuou como Coordenador na colocação das Debêntures.

- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.11, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;
- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos nos itens 8.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (t) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora, se assim cabível; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2 Observado o disposto no item 8.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) e (b) do item

10.5.1, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, e esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto nos subitens (c) e (d) do item 10.5.1.

10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes;
- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou debenturistas e Assembleias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas;
- (c) a remuneração prevista na alínea (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, calculadas *pro-rata die*, se necessário; e
- (d) a parcela disposta no item (a) e (b) acima será atualizada pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

10.6.2 As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir

sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, na alíquota vigente na data de pagamento.

10.6.3 No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios nesta Escritura.

10.7. Despesas

10.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido no exercício de suas funções e para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.7.2 O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4 As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser

52548435000179

imprescindíveis, se ocorrerem emissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA XI

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 11.2.2, ou pela CVM.

11.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

11.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 11.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 11.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considerará-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em

tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

11.3. Mesa Diretora

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em Circulação.

11.4.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 11.4.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) da Remuneração; (b) da Garantia; (c) dos Prazos de Vencimento e de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (d) da repactuação; (e) do Resgate; (f) da Amortização; e (g) da espécie das Debêntures.

11.4.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas neste item 11.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11.4.4 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações legais e regulamentares necessárias à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura não infringe nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) não há fatos relativos à Emissora ou relativos à Escritura ou às Debêntures não divulgados nos documentos da Oferta, cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante seja enganosa, incorreta ou inverídica em aspectos materiais;
- (f) é responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Coordenador por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inverdades ou omissões relativas a tais informações;
- (g) a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento material dos quais a Emissora seja parte, nem resultará (i) em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem material da Emissora, com exceção do ônus criado sobre os direitos creditórios objeto da Garantia nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios; e (iii) na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos materiais;
- (h) está devidamente autorizada a celebrar a Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (j) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

- (k) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, afetar adversa e significativamente a condição financeira da Emissora;
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

12.1.1 As declarações e garantias acima referem-se exclusivamente à Escritura e não a qualquer outro contrato ou instrumento a ela relativo.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Júlio Simões Logística S.A.

Av. Angélica, nº 2.346, parte B do escritório nº 161, 16º andar, Consolação
CEP 01228-200 São Paulo - SP

Tel.: (11) 4795 7446

Fax: (11) 4795-7028

At.: Sr. João Nóbrega

E-mail: joao.nobrega@juliosimoes.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Edifício Buenos Aires, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

52548435000179

At.: Sr. Marcelo Ribeiro
E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br/pentagono@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriurador:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900 Osasco - SP
Tel.: (11) 3684.3749
Fax: (11) 3684.2714
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
CEP 01009-000 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.5. Foro


Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

13.6. Veracidade das Informações

O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 6 de outubro de 2009



52548435000179

Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Júlio Simões Logística S.A.

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.



Nome: Fernando Antonio Simões
Cargo: Diretor Presidente

Nome:
Cargo:

52548435000179

Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Jílio Sinações Logística S.A.

PENTÁGONO S.A. DTVM

Mariza Lago Zanoti
Nome: MARIZA LAGO ZANOTI
Cargo: PROCURADORA

Nome:
Cargo:

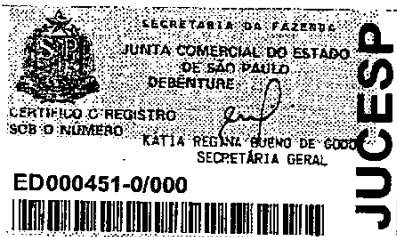
Testemunhas:

Rodrigo Alves do Nascimento
Nome: Rodrigo Alves do Nascimento
CPF: 354.549.338-08
OAB/SP 291.167

Amury Braga Calisto
Nome: AMURY BRAGA CALISTO
CPF: 040.674.546-35
RG 102329569 - 1F1 RJ

Visto do advogado

Rodrigo Alves do Nascimento
CPF: 354.549.338-08
OAB/SP 291.167



52548435000179

ANEXO I

ANEXO I

CONTRATO DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS



52548435000179

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

entre

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.,
como Empenhante

PENTÁGONO S.A. DTVM
como Agente Fiduciário

E

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
como banco depositário

6 DE OUTUBRO DE 2009



52548435000179

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente instrumento, de um lado

I. na qualidade de empenhante (a "Empenhante");

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Angélica, nº 2.346, parte B do escritório nº 161, 16º andar, Edifício New England, Consolação, CEP 01228-200, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ/MF") sob o nº 052.548.435/0001-79; neste ato representada na forma de seu Estatuto Social

II. na qualidade de agente fiduciário (o "Agente Fiduciário"), representando a comunhão de interesses dos titulares das Debêntures da Emissão (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Edifício Buenos Aires, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário") e, em conjunto com a Empenhante, doravante denominados "Partes"; e

III. na qualidade de instituição intermediária (o "Banco Depositário");

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, e com escritório na Rua Hungria, nº 1400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social.

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE:

- A a Empenhante pretende realizar a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Instrução CVM 476"), (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures"), sendo a Emissão dispensada automaticamente do registro de distribuição pública perante a CVM;

- B as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (o "Coordenador") conforme previsto no "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, da 1ª Emissão da Júlio Simões Logística S.A." (o "Contrato de Colocação"), observado que o plano de distribuição pública da Emissão seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476;
- C em garantia pelo pagamento dos valores devidos pela Empenhante, em razão da emissão das Debêntures, a Empenhante resolveu dar em penhor aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os direitos creditórios presentes e futuros, recebíveis, receitas, créditos e outros valores de titularidade da Empenhante contra seus clientes decorrentes dos contratos relacionados no Anexo I (os "Direitos Creditórios"), cujos pagamentos serão feitos exclusivamente mediante depósito na conta aberta junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (banco nº 33) sob o nº 290016323, agência nº 2271 (a "Conta Corrente Vinculada"). A movimentação da Conta Corrente Vinculada será feita, exclusivamente, pelo Agente Fiduciário, podendo este efetuar saques e transferências na Conta Corrente Vinculada, sempre e a qualquer tempo, desde que estritamente de acordo com os termos e condições estabelecidos neste instrumento e na Escritura de Emissão (abaixo definida), e em qualquer outro instrumento celebrado e/ou a ser celebrado ao seu amparo;
- D as obrigações principais e acessórias, decorrentes do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Júlio Simões Logística S.A. (a "Escritura de Emissão") e do Contrato de Colocação serão doravante denominadas "Obrigações Garantidas", e
- E atribui-se ao penhor descrito no presente Contrato (conforme definido abaixo), o valor de R\$153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de reais), correspondente a 200% (duzentos por cento) do valor das Obrigações Garantidas na data de assinatura do presente Contrato (conforme definido abaixo).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios, (o "Contrato"), mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA
PENHOR

1. Penhor. Pelo presente Contrato, a Empenhante dá em penhor ao Agente Fiduciário os Direitos Creditórios discriminados no Anexo I ao presente instrumento, detidos contra clientes da Empenhante descritos no Anexo I, respeitado o valor mínimo mensal de R\$6.375.000,00 (seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais) a ser depositado na Conta Corrente Vinculada (o "Valor Mínimo Mensal") a cada mês de vigência do presente Contrato. A Empenhante declara ainda que os mesmos e os direitos que eles representam são de sua plena propriedade, se encontram integralmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus, reais ou pessoais, cessão ou gravames judiciais ou extrajudiciais, de qualquer natureza, inclusive sem limitação qualquer direito de oneração ou alienação, não existindo contra si qualquer direito ou ação ou qualquer acordo firmado que tenha dado ou possa dar lugar a qualquer arguição de compensação ou outra forma de extinção, redução e/ou mudança de condição de pagamento com relação aos Direitos Creditórios, exceto conforme expressamente previsto nos contratos descritos no Anexo I, e assim deverão permanecer enquanto pendente de pagamento parte ou a totalidade das Obrigações Garantidas.

1.1. A Empenhante neste ato entrega ao Agente Fiduciário cópias simples dos contratos relacionados no Anexo I, que passam a integrar este Contrato e assim também procederá enquanto perdurar a presente garantia, praticando todos os atos que o Agente Fiduciário possa, nos termos da lei, exercer todos os direitos e prerrogativas que lhe competem nos termos deste Contrato, bem como os documentos a eles relacionados, os quais são mantidos na posse direta ou indireta do Agente Fiduciário, até a liquidação, total e satisfatória das Obrigações Garantidas.

1.2. O produto auferido por ocasião da liquidação dos Direitos Creditórios deverá ser creditado na Conta Corrente Vinculada, bem como quaisquer outros valores a serem depositados e mantidos na Conta Corrente Vinculada, cujos créditos e saldos, presentes e futuros, ficarão empenhados em benefício do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas.

1.2.1. A Empenhante neste ato notifica o Banco Depositário, de forma a dar-lhe ciência e instruí-lo, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar ou deduzir qualquer valor creditado na Conta Corrente Vinculada, exceto os custos decorrentes de obrigações legais e eventuais montantes devidos aos Debenturistas, ao Coordenador e ao Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Colocação ou da Escritura de Emissão, conforme o caso, e, ainda, com observância da liberação de recursos à Empenhante prevista no item 6.1., o Banco Depositário se obriga a aceitar única e exclusivamente as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário no que diz respeito às movimentações da Conta Corrente

Vinculada. O Banco Depositário assumirá total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos.

1.2.2. O Banco Depositário deve fornecer no prazo de até 10 (dez) dias, ao Agente Fiduciário, se assim solicitado, extratos de acompanhamento da Conta Corrente Vinculada, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas na referida Conta Corrente Vinculada dentro do referido período (extratos bancários).

1.3. A indicação da Conta Corrente Vinculada como único e exclusivo domicílio bancário para a liquidação de todos os valores devidos pelos clientes da Empenhante relacionados no Anexo I é feita em caráter irrevogável e irretratável e não poderá ser cancelada ou substituída sem a prévia e expressa concordância do Agente Fiduciário, ficando a Empenhante responsável, na hipótese de atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), por obter as autorizações necessárias junto a seus clientes a respeito da forma correta de pagamento dos Direitos Creditórios.

1.4. Qualquer reforço ou liberação da presente garantia ressalvado o disposto no item 6.1., deverá ser realizado mediante aditamento firmado pelas Partes.

1.5. Toda e qualquer listagem ou correspondência adicional trocada entre a Empenhante e o Agente Fiduciário, em virtude da entrega em penhor dos Direitos Creditórios ou em razão do reforço ou da substituição da presente garantia, constituirá parte integrante, inseparável e complementar deste instrumento, cujas disposições aplicar-se-ão aos novos direitos creditórios, que passarão a integrar, para todos os efeitos deste instrumento, a definição de "Direitos Creditórios".

1.6. De modo a fazer com que o penhor dos Direitos Creditórios se constitua num instrumento efetivo para a liquidação das Obrigações Garantidas, no caso de inadimplemento das referidas Obrigações Garantidas, e em atendimento ao artigo 1.453 do Código Civil Brasileiro, a Empenhante obriga-se na ocorrência de um Evento de Inadimplemento nos termos da Escritura de Emissão e conforme solicitado pelo Agente Fiduciário, a informar imediatamente aos seus clientes relacionados no Anexo I (i) o penhor dos Direitos Creditórios, bem como (ii) a Conta Corrente Vinculada como único e exclusivo domicílio bancário, para liquidação de todos os valores devidos à Empenhante, por meio de carta cujo modelo constitui o Anexo II ao presente instrumento, cujo original com o respectivo "de acordo", deverá ser encaminhado ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) a contar da data de ocorrência do Evento de Inadimplemento.

1.6.1. Fica o Agente Fiduciário desde já irrevogável e irretratavelmente nomeado procurador da Empenhante, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para efetuar as comunicações previstas no item 1.6 acima em nome e por conta da Empenhante na ocorrência de um Evento de Inadimplemento

nos termos da Escritura de Emissão.

1.7. Para efeitos do artigo 1.424 do Código Civil Brasileiro (i) é atribuído ao penhor ora descrito o valor de R\$153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de reais); (ii) os Direitos Creditórios serão pagos até a data da liquidação das Debêntures; (iii) incidem juros sobre as Obrigações Garantidas conforme previsto na Escritura de Emissão; e (iv) os Direitos Creditórios estão discriminados no Anexo I ao presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA
OBRIGAÇÕES

2. Obrigações. O penhor ora constituído visa a garantir o fiel, cabal e pronto cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Empenhante no âmbito da Escritura de Emissão, sejam as Obrigações Garantidas principais ou acessórias, tais como juros, comissões, despesas, multas, pena convencional, comissão de permanência, encargos financeiros, custas, desembolsos e outros acréscimos ou obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, além de quaisquer despesas feitas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos direitos decorrentes das Obrigações Garantidas.

2.1. A Empenhante neste ato declara que leu e conhece plena e totalmente todos os termos e condições da Escritura de Emissão, nada tendo a opor quanto aos mesmos, tendo disposto de tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as cláusulas deste instrumento e do presente Contrato, cuja celebração, execução e extinção são pautadas pelos princípios da igualdade, probidade, lealdade e boa-fé.

2.2. A Empenhante se responsabiliza, em caso de culpa ou dolo, por qualquer prejuízo que venha a causar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário em decorrência de o penhor ora prestado ser suspenso, cancelado, anulado ou tido como nulo de pleno direito exceto se tal prejuízo decorrer comprovadamente de dolo ou má-fé dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário, ou, ainda de ato ou fato relativo à existência dos Direitos Creditórios que seja do expresse conhecimento destes.

2.3. A Empenhante, para todos os fins de direito, é expressamente proibida de realizar qualquer movimentação na Conta Corrente Vinculada, seja referente aos recursos depositados e/ou aplicados, sendo o Banco Depositário, por conta e ordem do Agente Fiduciário a única parte autorizada exclusivamente a movimentar a Conta Corrente Vinculada e todos os recursos ali depositados e/ou aplicados.

2.4. Na hipótese de a Conta Corrente Vinculada vir a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, a Empenhante ficará obrigada a substituí-la ou a reforçar a garantia prestada, de modo a assegurar o Valor Mínimo Mensal.

2.5. Todos e quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos das averbações e registros aqui previstos ou relacionados a este instrumento serão de responsabilidade única e exclusiva da Empenhante, que deverá reembolsar o Agente Fiduciário por quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos decorrentes deste instrumento. Em caso de eventual pagamento feito pelo Agente Fiduciário, a Empenhante deverá proceder o seu ressarcimento, no prazo máximo e improrrogável de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota de débito, emitida pelo Agente Fiduciário, com os respectivos comprovantes.

2.6. Pelo presente instrumento, o Agente Fiduciário fica autorizado a receber extratos, recibos e relatórios relativos à Conta Corrente Vinculada com periodicidade mensal, ou mediante solicitação.

2.7. A constatação do descumprimento, falsidade ou imprecisão de qualquer das declarações constantes dos itens e subitens anteriores e outros, constantes do presente instrumento, acarretará o imediato vencimento antecipado de todas as obrigações, principais e acessórias, integrantes das Obrigações Garantidas, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos no instrumento ou instrumentos das Obrigações Garantidas, com a imediata execução da presente Garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA
ALTERAÇÕES NOS DIREITOS CREDITÓRIOS

3. Alterações nos direitos creditórios. Fica expressamente convencionado que se houver alteração de qualquer natureza nos Direitos Creditórios que venha a constituir outros direitos sobre os mesmos, tais direitos ficarão também empenhados ao Agente Fiduciário, uma vez que, para todos os efeitos legais, os direitos ou valorizações sobre os Direitos Creditórios se estenderão ao penhor aqui formalizado, devendo, para tanto, ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas para que sejam, então, definidos e aprovados quais direitos creditórios comporão a presente garantia, sendo que serão aceitos para compor a presente garantia direitos creditórios em termos substancialmente equivalentes àqueles descritos no Anexo I e que sejam devidos contra clientes com risco de crédito no mínimo equivalente ao dos clientes atualmente relacionados no Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA
INADIMPLEMENTO

4. Inadimplemento. Caso não ocorra o pagamento das Obrigações Garantidas nas datas pactuadas, o Agente Fiduciário poderá, a seu critério, sendo para tanto desde já nomeado irrevogável e irretroatamente como mandatário da Empenhante, independentemente de aviso ou consulta à Empenhante e observadas as regras legais, ceder ou transferir, pública ou privadamente, os Direitos Creditórios diretamente a terceiros e proceder ao resgate de eventual saldo da Conta Corrente Vinculada, a fim de reembolsar-se de seu crédito, para o que, desde já, a Empenhante lhe confere plenos, especiais e irrevogáveis poderes, inclusive o de receber o preço pela cessão ou transferência pública e/ou privada dos Direitos Creditórios, dar quitação e resgatar o saldo da Conta Corrente Vinculada. Além disso, a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses resultará no vencimento antecipado das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e deste Contrato:

(i) inadimplemento pela Empenhante de qualquer obrigação de dar ou de fazer decorrente deste Contrato que não seja sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário; ou

(ii) se a Empenhante, notificada a reforçar ou substituir, nos termos deste Contrato, as garantias constituídas, não o fizer no prazo de 10 (dez) dias contados da data da solicitação expedida pelo Agente Fiduciário neste sentido; ou

(iii) se, sem autorização prévia e expressa por escrito, do Agente Fiduciário, a Empenhante (a) realizar qualquer modificação relevante no negócio subjacente a qualquer dos Direitos Creditórios ("o Negócio") ou realizar qualquer acordo ou transação relevante em relação ao mesmo, (b) abrir mão ou renunciar a qualquer direito ou garantia relevante previsto para qualquer Negócio, (c) rescindir ou ceder total ou parcialmente qualquer Negócio que impacte ou possa impactar material e adversamente nos direitos dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário; ou (d) deixar de prestar qualquer informação relevante relativa ao Negócio, ou a quaisquer Direitos Creditórios.

4.1. Na hipótese de excussão judicial da garantia, a Empenhante, desde já, concorda com a penhora dos Direitos Creditórios e do saldo da Conta Corrente Vinculada, renunciando, em caráter irrevogável e irretroatável, a qualquer medida legal que porventura possua restritivamente para impedir ou desfazer a constrição judicial, ressalvado os demais direitos assegurados à Empenhante.

4.2. Se o valor líquido apurado na cessão ou transferência dos Direitos Creditórios não bastar para o cumprimento das Obrigações Garantidas, a Empenhante continuará pessoalmente obrigada pelo restante da dívida, que será cobrada pelos

meios legais que o Agente Fiduciário julgar convenientes.

4.3. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 648 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA
DESPESAS

5. Despesas. A Empenhante, desde já, assume a obrigação de ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que este venha incorrer no exercício de suas funções e na excussão da presente garantia, nos termos dos arts. 1.454 e 1.455 do Código Civil, ainda que o Agente Fiduciário venha a agir em nome próprio.

5.1. O ressarcimento de que trata esta cláusula deverá ser efetuado pela Empenhante no prazo de até 48 (quarenta e oito horas), a contar do recebimento do aviso expedido pelo Agente Fiduciário neste sentido.

5.2. Não tendo sido verificado o ressarcimento supracitado, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, debitar diretamente da Conta Corrente Vinculada, as despesas incorridas, bem como os honorários a ele devidos, sem prévia solicitação à Empenhante, devendo encaminhar os comprovantes e recibos de quitação em até 48 (quarenta e oito) horas da data de efetivação do pagamento.

CLÁUSULA SEXTA
VALOR MÍNIMO MENSAL

6. Desvalorização dos Direitos. Se os Direitos Creditórios se tornarem impróprios ou insuficientes, de modo que o valor depositado mensalmente na Conta Vinculada deixe de corresponder ao Valor Mínimo Mensal, nesta hipótese, a Empenhante será notificada para que repare a falta dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para que proceda ao correspondente reforço e/ou substituição da presente garantia por outros bens, títulos de crédito ou direitos, selecionados a critério da Empenhante, e em forma e substância devidamente aceitos pelo Agente Fiduciário, de forma expressa e por escrito, desde que respeitados os mesmos critérios desta garantia e que os devedores desses novos direitos creditórios tenham risco de crédito no mínimo equivalente ao risco de crédito, nesta data, dos clientes relacionados no Anexo I deste Contrato. Caso tal falta não seja reparada no prazo de 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário, desde já, fica autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a reter os valores depositados na Conta Corrente Vinculada e utilizá-los para a amortização dos valores devidos pela Empenhante em decorrência das Obrigações Garantidas e deste instrumento.

6.1. Se, a qualquer momento, em cada mês de vigência das Debêntures os Direitos Creditórios superarem o Valor Mínimo Mensal, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente após atingido esse valor, proceder à transferência do valor excedente para a conta corrente aberta junto ao Banco Depositário sob o nº 13.000283-3, agência nº 2271, de livre movimentação da Empenhante.

6.2. Fica, desde já, estabelecido entre as partes que, durante a vigência deste Contrato, o valor dos Direitos Creditórios objeto do penhor não poderá ser inferior ao Valor Mínimo Mensal.

CLÁUSULA SÉTIMA
REGISTROS E NOTIFICAÇÃO

7. Registros e Notificação. A Empenhante registrará este Contrato e seus aditamentos nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes no prazo de 15 (quinze) dias contados da respectiva celebração, devendo, nesse prazo, enviar comprovante do registro ao Agente Fiduciário.

7.1. Sem prejuízo das obrigações estipuladas no "caput" desta Cláusula, a Empenhante desde já autoriza e confere plenos poderes ao Agente Fiduciário para, às suas expensas, efetuar todos os registros acima descritos, caso esta não os realize no prazo acima estipulado.

CLÁUSULA OITAVA
PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

8. Pagamento das Obrigações Garantidas: A Empenhante autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o Agente Fiduciário a utilizar, para o pagamento das Obrigações Garantidas, nas respectivas datas de pagamento previstas na Escritura de Emissão os valores depositados na Conta Corrente Vinculada.

8.1. A Empenhante poderá pagar diretamente aos Debenturistas os valores correspondentes às Obrigações Garantidas já devidas, mediante prévia notificação por escrito ao Banco Depositário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis ao referido pagamento, sem a qual o Agente Fiduciário deverá proceder na forma do caput da Cláusula Oitava acima.

8.2. Independente do disposto acima, a Empenhante permanecerá pessoalmente responsável pelos valores não pagos das Obrigações Garantidas, inclusive quando tal inadimplemento decorrer da insuficiência de recursos depositados na Conta Corrente Vinculada.

CLÁUSULA NONA
DECLARAÇÃO

9. Declaração. A Empenhante compromete-se a, durante a vigência da presente garantia e sob pena de execução da mesma, não realizar qualquer ato que envolva a cessão, transferência ou oneração, sob qualquer forma, dos Direitos Creditórios, a fim de assegurar os direitos do Agente Fiduciário em relação ao penhor objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA
VIGÊNCIA

10. Vigência. Este Contrato continuará em pleno vigor até o final e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, bem como até a liquidação das Debêntures e demais obrigações previstas na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DISPOSIÇÕES GERAIS

11. Das Disposições Gerais:

11.1. Fica expressamente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do Agente Fiduciário, de quaisquer direitos ou faculdades assegurados em lei ou no presente instrumento, ou a sua tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações da Empenhante, neste instrumento ou no Contrato, não implicará em novação, tácita ou expressa, ou alteração contratual, nem impedirá que a qualquer momento o Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, venha a exercer os aludidos direitos e faculdades.

11.2. Qualquer disposição do presente instrumento somente poderá ser alterada, renunciada ou rescindida mediante instrumento escrito.

11.3. Todos os avisos, notificações ou comunicações que, de acordo com este instrumento, devam ser feitos por escrito, serão considerados válidos mediante o envio de fac-símile, telex, telegrama ou carta registrada com aviso de recebimento, remetidos aos domicílios das partes acima indicadas, ou a qualquer outro endereço posteriormente comunicado pela destinatária a outra parte.

11.4. O Agente Fiduciário fica autorizado a tomar quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis para a cobrança das Obrigações Garantidas e/ou para execução da presente garantia. Neste caso, a Empenhante suportará todas as despesas com estes procedimentos.

11.5. A garantia ora outorgada não elide ou elimina os direitos e demais garantias do Agente Fiduciário decorrentes do Contrato, que poderá exercê-los de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no respectivo instrumento.

11.6. O presente Contrato obriga as partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Empenhante ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Empenhante ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões.

11.8. Qualquer disposição deste Contrato somente poderá ser renunciada pela Parte beneficiada pelo direito a ser renunciado, mediante instrumento escrito, que também deverá ser registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, às expensas da Empenhante.


11.9. Qualquer alteração ao presente Contrato deverá ser formalizada por escrito pelas Partes e registrada nos cartórios de Títulos e Documentos competentes, às custas da Empenhante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
FORO

12. Foro. As partes contratantes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para conhecer qualquer questão oriunda deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ficando, todavia, reservado ao Agente Fiduciário o direito de optar pelo foro do domicílio da Empenhante.

O presente Contrato é firmado por cada uma das Partes em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.


São Paulo, 6 de outubro de 2009.



52548435000179

Página de assinatura 1/3 do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, celebrado em 6 de outubro de 2009.

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.


Nome: Fernando Antonio Simões
Cargo: Diretor Presidente

Nome:
Cargo:

52548435000179

Página de assinatura 2/3 do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, celebrado em 6 de outubro de 2009.

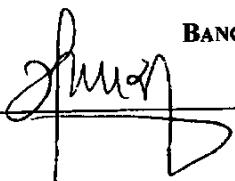
PENTÁGONO S.A. DTVM

Mauiza Lago Zanotti
Nome: MAUIZA LAGO ZANOTTI
Cargo: PROCURADORA

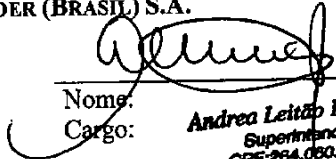
Nome:
Cargo:

52548435000179

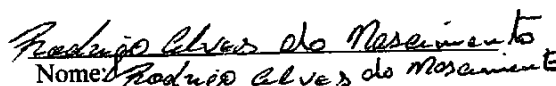
Página de assinatura 3/3 do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, celebrado em 6 de outubro de 2009.

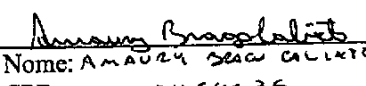

Nome: _____
Cargo: _____
Ignacio Lorenzo

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.


Nome: _____
Cargo: _____
Andrea Leirão F. Silveira
Superintendente
CPF: 264.060.459-48

Testemunhas:


Nome: Rodrigo Alves do Nascimento
CPF: 354.543.358-08
04B/SP 281.067


Nome: AMAURY BRACHALIER
CPF: 040.674.546-35
RG 107328569 IFRJ



52548435000179

ANEXO I

RELAÇÃO DOS CONTRATOS EMPENHADOS (OS "DIREITOS CREDITÓRIOS")

- 1- Contrato de Locação de Bens Móveis firmado em 01 de junho de 2007 entre Júlio Simões Logística S.A. e VIVO S.A. (CNPJ nº. 02.449.992/0001-64).
- 2- Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Adicionais firmado em 23 de janeiro de 2006 entre Júlio Simões Logística S.A. e Liquigás Distribuidora S.A.(CNPJ 60.886.413/0001-47)
- 3- Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Adicionais nº 4600042599 celebrado entre Júlio Simões Logística S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A.(CNPJ 84.274.233/0001-02)
- 4- Contrato de Prestação de Serviços firmado em 03 de setembro de 2008 entre Júlio Simões Logística S.A e Caterpillar Brasil Ltda. (CNPJ nº. 61.064.911/0001-77).
- 5- Pedidos de Compra feitos pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. (CNPJ 59.104.422/0024-46) vinculados às Condições de Compra registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Bernardo do Campo sob o nº 107.190 de 20/01/2005 e nº 119.856 de 16 de abril de 2008.

52548435000179

ANEXO II

MINUTA DE NOTIFICAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DO EMPENHANTE)

[LOCAL E DATA]

A

[NOME DO CONTRATANTE]

REF: [DENOMINAÇÃO PARA O CONTRATO]

Prezados senhores,

Pela presente, comunicamos a V.Sas que, em [DATA DA ENTREGA EM GARANTIA], constituímos em favor da Pentágono S.A. DTVM, na qualidade de representante dos Debenturistas, penhor de direitos creditórios de nossos direitos creditórios presentes e futuros, decorrentes do [denominação contrato] firmado com V.Sas. em [data de assinatura do contrato entre CLIENTE e CONTRATANTE] (o "Contrato").

Em face do exposto, informamos que todos os pagamentos a nós devidos, em face do cumprimento de suas obrigações e/ou prestação de serviços, nos termos do Contrato, deverão ser efetuados mediante depósito na conta n. __, de nossa titularidade, junto à Agência __, do Banco Santander (Brasil) S.A., valendo o comprovante de depósito realizado em dinheiro ou cheque, este após a sua liquidação pelo banco sacado, como prova regular do pagamento efetuado.

Solicitamos a V.Sas. a formal concordância com o acima exposto mediante a aposição da assinatura no campo "ciente e de acordo" ao final da presente.

Atenciosamente,

[nome do Empenhante]

Ciente e de acordo:

[nome do contratante]

Testemunhas:

1) _____
Nome: _____
CPF: _____

2) _____
Nome: _____
CPF: _____